

# Sorocred – Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis  
Em 30 de junho de 2019



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	4
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018	12

## Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Informações financeiras da SOROCRED - Crédito, Financiamento e Investimento S.A., levantadas em 30 de junho de 2019, acompanhadas do relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras.

O 1º Semestre de 2019 foi um período de muitas mudanças para a Sorocred, entre elas, destacamos que o Sr. Claudio Takashi Yamaguti, executivo com larga experiência no mercado que atuamos assumiu a posição de Diretor Presidente, sua visão estratégica e o alinhamento com a missão da empresa serão fundamentais para alcançarmos os objetivos de crescimento e fortalecimento de nossa marca e operação.

Apesar do cenário econômico ainda desafiador, estamos focados em manter a sustentabilidade do negócio através do aumento de nossa base de clientes ativos, 11% em relação à 2018 e consolidação de nossas parcerias com o Varejo, nesse contexto apresentamos até junho crescimento de 13% em nosso faturamento, obtivemos também melhoria significativa de nossos indicadores de inadimplência. Entendemos que temos grandes avanços a realizar nos próximos anos, mas estamos confiantes no sucesso, através do aproveitamento da sólida experiência que adquirimos nos últimos 30 anos, somos genuinamente simples e esse DNA iniciado com os sócios fundadores e mantida em nossa trajetória é o de atender as necessidades de nossos clientes de forma descomplicada e ágil.

Para potencializar o que já temos, acreditamos que o desenvolvimento de nossas pessoas e a inovação seja fundamental, portanto temos investido fortemente nessas frentes. Temos grandes ambições e sabemos que os desafios são imensos, mas com dedicação e obstinação para a execução acreditamos que realizaremos todas as nossas metas. Por fim, agradecemos a confiança de nossos acionistas, os nossos parceiros Varejistas, nossos clientes e a dedicação apaixonada de nossos colaboradores.

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditores Independentes**

Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da  
**Sorocred – Crédito, Financiamento e Investimento S.A.**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sorocred – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sorocred – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

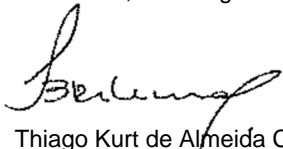
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de agosto de 2019



Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer  
CT CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

## SOROCRED - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

### Balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	2019	2018
<b>Ativo circulante</b>		<b>481.404</b>	<b>464.178</b>
Disponibilidades	4	1.891	3.435
Aplicações interfinanceiras de liquidez		<b>36.433</b>	<b>85.837</b>
Aplicação em depósitos interfinanceiros	4	36.433	85.837
Títulos e valores mobiliários		<b>109.883</b>	<b>66.649</b>
Livres	5	109.883	66.649
Operações de crédito		<b>115.960</b>	<b>122.026</b>
Setor privado	6	142.529	160.758
(Provisão para operações crédito de liquidação duvidosa)	7.a	(26.569)	(38.732)
Outros créditos		<b>196.243</b>	<b>173.433</b>
Diversos	8	197.384	174.331
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	7.b	(1.141)	(898)
Outros valores e bens		<b>20.994</b>	<b>12.798</b>
Outros valores e bens	9.a	7.146	7.492
Despesas antecipadas	9.b	14.160	5.838
(Provisão para desvalorização outros valores e bens)	9.a	(312)	(532)
Realizável a longo prazo		<b>26.105</b>	<b>30.499</b>
Operações de crédito		<b>7.309</b>	<b>11.894</b>
Setor privado	6	7.309	11.894
Outros créditos		<b>18.796</b>	<b>18.356</b>
Diversos	8	18.796	18.356
Outros valores e bens	9	-	249
Despesas antecipadas		-	249
Permanente		<b>1.209</b>	<b>517</b>
Imobilizado de uso	10	<b>932</b>	<b>382</b>
Outras imobilizações de uso		3.587	3.166
(Depreciações acumuladas)		(2.655)	(2.784)
Intangível	11	<b>277</b>	<b>135</b>
Ativos intangíveis		1.302	1.127
(Amortizações acumuladas)		(1.025)	(992)
<b>Total do ativo</b>		<b>508.718</b>	<b>495.194</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## SOROCRED - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

### Balço patrimonial em 30 de junho de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	2019	2018
<b>Passivo circulante</b>		<b>145.724</b>	<b>325.518</b>
Depósitos	12	6.216	72.615
Depósitos a prazo		6.216	72.615
Recursos de aceites e emissão de títulos		895	162.526
Recursos de aceites cambiais	12	895	162.526
Outras obrigações		138.614	90.377
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		340	284
Sociais e estatutárias	13.a	-	994
Fiscais e previdenciárias	13.b	5.043	2.170
Diversas	13.c	118.011	86.929
Obrigações por Transações Pagamento	13.d	15.220	-
<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>318.290</b>	<b>124.077</b>
Depósitos	12	131.652	72.619
Depósitos a prazo		131.652	72.619
Recursos de aceites e emissão de títulos		185.968	50.523
Recursos de aceites cambiais	12	185.968	50.523
Outras obrigações		670	935
Diversas	13.c	670	935
<b>Patrimônio líquido</b>	14	<b>44.704</b>	<b>45.599</b>
<b>Capital</b>		<b>29.614</b>	<b>27.971</b>
De domiciliados no País		29.614	27.971
Reservas de lucros		19.211	19.211
Prejuízos acumulados 2018		(3.009)	(1.583)
Prejuízos do exercício		(1.547)	-
JSCP pago antecipadamente		(1.522)	-
JSCP constituído		1.957	-
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>508.718</b>	<b>495.194</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## SOROCRED - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

### Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2019	2018
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>77.744</b>	<b>80.226</b>
Operações de crédito		71.344	76.846
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.565	796
Operações de Venda ou Transf.de Ativos Financeiros		1.835	2.584
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(61.877)</b>	<b>(32.496)</b>
Operações de captação no mercado		(12.186)	(12.527)
Operações de Venda ou Transf.de Ativos Financeiros		(36.612)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(13.079)	(19.969)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>15.867</b>	<b>47.730</b>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>		<b>(14.725)</b>	<b>(47.635)</b>
Receitas de prestação de serviços	15	39.657	32.306
Despesas de pessoal		(3.365)	(3.200)
Outras despesas administrativas	16	(32.592)	(44.629)
Despesas tributárias	17	(7.245)	(6.902)
Outras receitas operacionais	18	5.632	24.456
Outras despesas operacionais	19	(16.812)	(49.666)
<b>Resultado operacional</b>		<b>1.142</b>	<b>95</b>
Resultado não operacional		(154)	(557)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>988</b>	<b>(462)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	20.a	<b>(2.367)</b>	<b>637</b>
Provisão para imposto de renda		(2.058)	(49)
Provisão para contribuição social		(1.242)	(49)
Impostos diferidos		933	735
Participações nos lucros - empregados		(168)	(167)
<b>Lucro líquido do semestre</b>		<b>(1.547)</b>	<b>8</b>
Juros sobre capital próprio		-	(1.591)
<b>Lucro líquido por ação - em R\$</b>		<b>(0,06)</b>	<b>0,00</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## SOROCRED - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízo acumulados	Total
			Legal	Outras		
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		24.862	4.175	18.635	-	47.672
Lucro líquido do semestre		-	-	-	8	8
Destinações						-
Aumento de Capital		3.109	-	-	-	3.109
Distribuição de Dividendos		-	-	(3.599)	-	(3.599)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(1.591)	(1.591)
<b>Saldos em 30 de Junho de 2018</b>		<b>27.971</b>	<b>4.175</b>	<b>15.036</b>	<b>(1.583)</b>	<b>45.599</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>		<b>29.614</b>	<b>4.175</b>	<b>15.036</b>	<b>(3.009)</b>	<b>45.816</b>
Lucro líquido do semestre		-	-	-	(1.547)	(1.547)
Destinações						
JSCP Não Distribuidos	14.c	-	-	1.957	-	1.957
JSCP Pago Antecipadamente	14.c	-	-	(1.522)	-	(1.522)
<b>Saldos em 30 de Junho de 2019</b>		<b>29.614</b>	<b>4.175</b>	<b>15.471</b>	<b>(4.556)</b>	<b>44.704</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## SOROCRED - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>10.688</b>	<b>19.327</b>
Lucro líquido do semestre	(1.547)	8
Ativo fiscal diferido	(933)	(735)
Depreciações e amortizações	89	85
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	13.079	19.969
<b>Variação de ativos e obrigações</b>	<b>2.573</b>	<b>23.100</b>
Redução / Aumento em Títulos e Valores Mobiliários	(2.205)	18.934
(Aumento) em operações de crédito	(24.501)	(20.004)
Redução em outros créditos e outros valores e bens	(7.356)	713
(Redução)/ Aumento em depósitos	9.314	(7.454)
(Redução)/ Aumento em recursos de aceites cambiais	(914)	44.454
(Redução)/ Aumento em outras obrigações	28.235	(13.543)
<b>Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais</b>	<b>13.261</b>	<b>42.427</b>
(aquisição) de imobilizado de uso	(827)	(4)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos</b>	<b>(827)</b>	<b>(4)</b>
Juros sobre o capital próprio	(1.522)	(1.591)
Distribuição de Dividendos	1.957	(3.599)
Aumento de Capital	-	3.109
<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>435</b>	<b>(2.081)</b>
<b>Aumento / (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>12.869</b>	<b>40.342</b>
No início do semestre	25.455	4.965
No final do semestre	38.324	45.307
<b>Aumento / (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>12.869</b>	<b>40.342</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Sorocred - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Instituição"), iniciou suas atividades em 02 de maio de 2002. Em 27 de abril de 2010, foi recebida a aprovação do Banco Central do Brasil (BACEN) para transformação em instituição financeira, cujas atividades neste novo formato iniciaram em 01 de junho de 2010, sendo o objeto a realização de operações de crédito, financiamento e investimento, bem como, a prática de todas as operações permitidas às instituições financeiras de sua natureza.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976, alteradas pelas Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/2009, e a partir de 1º de julho de 2010, as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma a Instituição, na elaboração das Demonstrações Financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

<u>PRONUNCIAMENTO</u>	<u>RESOLUÇÃO</u>
PC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.144/12
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	4.524/16
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/08
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Evento Subsequente	3.973/11
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 27 - Ativo Imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.424/15

As demonstrações contábeis da Instituição foram aprovadas pela Administração em 23 de agosto de 2019.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

**3. Resumo das principais práticas contábeis**

**3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução BACEN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com prazo original igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerada imaterial.

**3.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**3.3. Títulos e valores mobiliários**

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/2001 do Banco Central do Brasil (BACEN), os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

**3.4. Operações de crédito**

As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos decorridos até as datas dos balanços patrimoniais. As rendas sobre os títulos descontados são apropriadas pro rata dia pelo método linear e as demais rendas de operações de crédito são apropriadas pro rata dia pelo método exponencial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

**3.5. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, adota-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

**3.6. Outros valores e bens**

Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização.

**3.7. Despesas antecipadas**

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo esses gastos apropriados ao resultado no período de geração dos benefícios futuros. Este grupo é representado basicamente, por saldos residuais oriundos de comissões pagas a correspondentes, conforme disposto a luz da Resolução CMN nº 4294/2013 e Carta Circular nº 3738/2015.

**3.8. Imobilizado de Uso**

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas anuais, mencionadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

**3.9. Intangível**

O Ativo Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os critérios de registro e tratamento desses ativos são estabelecidos pelo CPC 04 homologado pela Resolução Bacen 4.534/2016.

**3.10. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de *impairment*)**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC - 01, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, é reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Na avaliação da administração não houve indícios de perda por *impairment* no semestre findo em 30 de junho de 2019.

**3.11. Depósitos, recursos de aceites e empréstimos**

As operações de captações a prazo, pré-fixados, estão atualizadas e demonstradas pelo valor principal, acrescido dos encargos decorridos até as datas dos balanços patrimoniais e as captações a prazo, pós-fixados, são atualizados pró-rata dia até as datas dos balanços.

**3.12. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre), ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. Pelos efeitos da Lei 13.169/2015, que majorou a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido para 20% no período compreendido de 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, retornou seus efeitos a alíquota de 15% a partir de 1º de janeiro de 2019.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias na base de cálculo destes tributos, sendo os seus efeitos registrados na rubrica "Outros créditos - diversos" com reflexo no resultado do período. São realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração da Instituição, conforme estabelece as Resoluções BACEN nºs 3.059/02 e 3.355/06, cujo reconhecimento deve atender de forma cumulativa, as seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subseqüentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

### 3.13. Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas mensais, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. A Administração da Sorocred revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

### 3.14. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais estão consubstanciadas na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.823/2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25 e Carta-circular nº 3.429/2010 do Banco Central do Brasil (BACEN) e são as seguintes:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ ou divulgados;



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

- **Obrigações legais:** são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

**3.15. Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo.

**3.16. Apuração do resultado**

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

**3.17. Partes Relacionadas**

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

**3.18. Lucro por ação**

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.

**3.19. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação da Instituição.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidades	1.891	3.435
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	36.433	85.837
	<u>38.324</u>	<u>89.272</u>

(a) São registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Livres	Vencimento	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Títulos públicos federais - LFT	01/03/2018	-	-
Títulos públicos federais - LFT	02/03/2020	-	2.634
Títulos públicos federais - LFT	01/09/2021	-	1.082
Títulos públicos federais - LFT	02/03/2022	-	2.068
Títulos públicos federais - LFT	01/03/2023	10.159	-
Títulos públicos federais - LFT	01/09/2024	25.662	-
Cotas Fundo de Renda Fixa		18.924	10.333
Títulos públicos federais - LFT	01/03/2018	-	-
Títulos públicos federais - LFT	03/09/2018	-	24.780
Títulos públicos federais - LFT	01/03/2020	12.832	9.434
Títulos públicos federais - LFT	01/09/2021	15.142	13.158
Títulos públicos federais - LFT	01/03/2022	5.560	3.160
Títulos públicos federais - LFT	01/03/2024	21.197	-
Títulos públicos federais - LFT	01/09/2024	407	-
<b>Total</b>		<u>109.883</u>	<u>66.649</u>
		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Curto Prazo		31.756	35.113
Longo Prazo		78.127	31.536
<b>Total</b>		<u>109.883</u>	<u>66.649</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Operações de crédito

As informações da carteira de operações de crédito em 30 de junho de 2019 e 2018 são assim sumariadas:

a) Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

Setor privado	2019	2018
Capital de giro	3.073	2.790
Crédito consignado - privado	802	542
Crédito pessoal	28.930	28.280
Cartão de crédito - rotativo	109.723	85.542
Financiamentos - cartão de crédito parcelado	1	29.742
Financiamentos - veículos	7.309	25.756
	<u>149.838</u>	<u>172.652</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(26.569)</u>	<u>(38.732)</u>
Curto prazo	142.529	160.758
Longo prazo	7.309	11.894

b) Diversificação da carteira por segmento de mercado

Setor privado	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Indústria	-	-	31	0,02
Comércio	3.535	2,36	4.160	2,41
Serviços	334	0,22	1.254	0,73
Pessoas físicas	145.969	97,42	167.207	96,84
	<u>149.838</u>	<u>100,00</u>	<u>172.652</u>	<u>100,00</u>

c) Diversificação da carteira por vencimento (por parcelas)

	2019	%	2018	%
Vencidas a partir de 15 dias	89.852	59,97	80.705	51,71
A vencer até 03 meses	37.979	25,35	46.864	22,04
A vencer de 03 a 12 meses	20.568	13,73	31.628	18,32
A vencer de 01 a 03 anos	1.439	00,95	12.839	7,53
A vencer acima de 03 anos	-	-	616	0,40
Total	<u>149.838</u>	<u>100,00</u>	<u>172.652</u>	<u>100,00</u>

d) Diversificação bruta da carteira por nível de concentração

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	3.533	2,36	3.031	1,76
50 seguintes maiores devedores	2.177	1,45	3.348	1,94
100 seguintes maiores devedores	3.069	2,05	5.303	3,07
Demais devedores	141.059	94,14	160.970	93,23
Total	<u>149.838</u>	<u>100,00</u>	<u>172.652</u>	<u>100,00</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

## e) Resultado com Operações de crédito

	2019	2018
Empréstimos	65.601	17.057
Financiamentos	1.704	59.789
Recup. de Créditos Baixados c/ Prejuízo	4.039	14.247
<b>Total</b>	<b>71.344</b>	<b>91.093</b>

## 7. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 30 de junho de 2019 e 2018, o risco da carteira de clientes estava assim distribuído:

## a) Operações de crédito

Nível de risco	Provisão	2019		2018	
		Total da carteira	Provisão	Total da carteira	Provisão
A	0,5%	64.020	(320)	77.178	(385)
B	1%	10.173	(102)	10.679	(107)
C	3%	19.339	(580)	15.860	(476)
D	10%	14.304	(1.430)	13.978	(1.398)
E	30%	11.126	(3.338)	11.592	(3.477)
F	50%	13.518	(6.759)	12.954	(6.477)
G	70%	11.041	(7.729)	13.328	(9.329)
H	100%	6.317	(6.317)	17.083	(17.083)
<b>Total</b>		<b>149.838</b>	<b>(26.569)</b>	<b>172.652</b>	<b>(38.732)</b>

## b) Outros créditos - com característica de concessão de crédito

Nível de risco	Provisão	2019		2018	
		Total da carteira	Provisão	Total da carteira	Provisão
A	0,5%	171.196	(854)	137.982	(688)
B	1%	4.590	(46)	3.556	(35)
C	3%	2.100	(63)	1.690	(51)
D	10%	116	(12)	144	(14)
E	30%	68	(20)	81	(25)
F	50%	69	(35)	55	(28)
G	70%	46	(32)	33	(23)
H	100%	79	(79)	34	(34)
<b>Total</b>		<b>178.265</b>	<b>(1.141)</b>	<b>143.575</b>	<b>(898)</b>

## c) Movimentação da provisão

No semestre findo em 30 de junho de 2019, a provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

	Operações de crédito	Outros créditos - cartões
Saldo em 31/12/2018	(33.488)	(1.108)
Aumento/ (-) reversão da provisão	(10.324)	(2.755)
Créditos baixados	17.243	2.722
<b>Saldo final em 30/06/2019</b>	<b>(26.569)</b>	<b>(1.141)</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída na quantia considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos. As operações de crédito contam, invariavelmente, com garantias de avais, fianças, alienação fiduciária de veículos, imóveis e outros bens.

### 8. Outros créditos - diversos

	2019			2018		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Adiantamentos e antec. salariais	81	-	81	80	-	80
Adiantamento p/Pagto Nossa Conta	2.792	-	2.792	1.229	-	1.229
Cheques a receber	-	-	-	-	-	3
Crédito tributário (20.c)	4.662	18.646	23.308	3.779	18.184	21.963
Devedores por dep. Garantia	-	150	150	-	172	172
Imposto de renda a compensar	114	-	114	6.805	-	6.805
Contribuição social s/ lucro líquido a compensar	62	-	62	6.987	-	6.987
Outros Impostos a compensar	9	-	9	-	-	-
Participações Pagas Antecipadamente	725	-	725	4.110	-	4.110
<b>Títulos/créditos a receber</b>						
Com caract. conc. de crédito (Nota Explicativa nº 7.b)	178.265	-	178.265	143.574	-	143.574
Sem Caract.de Conc. De crédito	-	-	-	227	-	227
Valores a receber - soc. ligadas	-	-	-	197	-	197
Devedores diversos - País	10.675	-	10.675	7.343	-	7.343
<b>Total</b>	<b>197.384</b>	<b>18.796</b>	<b>216.180</b>	<b>174.331</b>	<b>18.356</b>	<b>192.687</b>

### 9. Outros Valores e Bens

#### a) Bens Não de Uso Próprio - BNDU

	2019	2018
Veículos e Afins (a)	1.813	2.454
Imóveis (a)	5.233	4.855
(-) Prov. para desvalorização de BNDU	(312)	(532)
Outros valores e bens	100	183
<b>Total de outros valores e bens</b>	<b>6.834</b>	<b>6.960</b>

(a) Refere-se aos bens recebidos em dação de pagamento ou retomados para a liquidação de operações de crédito.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

## b) Despesas Antecipadas

	2019	2018
Comissões antecipadas	10.872	5.847
Outras despesas antecipadas	3.288	240
Saldo final	<u>14.160</u>	<u>6.087</u>

## 10. Imobilizado de uso

	% - Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2019	2018
Edificações - Benfeitorias	10%	53	-	53	-
Instalações	10%	176	(176)	-	-
Máquinas e equipamentos	10%	747	(576)	171	200
Processamento de dados	20%	2.518	(1.812)	706	179
Sistema de comunicação	10%	84	(83)	1	2
Sistema de segurança	10%	9	(8)	1	1
		<u>3.587</u>	<u>(2.655)</u>	<u>932</u>	<u>382</u>

## 11. Intangível

	% - Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	2019	2018
Software - intangível	20%	1.302	(1.025)	277	135
		<u>1.302</u>	<u>(1.025)</u>	<u>277</u>	<u>135</u>

## 12. Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

## a) Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

## Composição por vencimento

Vencimentos (i)	2019			2018
	Depósitos a prazo RDB	Aceites cambiais	Total	Total
Até 03 meses	6.216	895	7.111	73.518
De 03 a 12 meses	14.768	4.942	19.710	161.623
De 01 a 03 anos	116.884	181.026	297.910	123.142
Curto prazo	6.216	895	7.111	235.141
Longo prazo	<u>131.652</u>	<u>185.968</u>	<u>317.620</u>	<u>123.142</u>
	<u>137.868</u>	<u>186.863</u>	<u>324.731</u>	<u>358.283</u>

(i) As Letras de Cambio possuem emissão até 28 de junho de 2019 e vencimento até 13 de junho de 2022 com taxa de remuneração que variam de 90% a 120% do DI, enquanto os RDBs possuem emissão até 28 de junho de 2019 com vencimento até 28 de dezembro de 2022 com taxas que variam entre 90% a 120% do CDI.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Composição por segmento de mercado

Segmentos	2019			2018
	Depósitos a prazo RDB	Aceites cambiais	Total	Total
Entidades ligadas	15.614	-	15.614	9.675
Pessoas físicas	44.562	25.345	69.907	64.858
Pessoas jurídicas	77.692	161.518	239.210	283.750
	<b>137.868</b>	<b>186.863</b>	<b>324.731</b>	<b>358.283</b>

c) Concentração por depositante

Concentração	2019			2018
	Depósitos a prazo DPGE/RDB	Aceites cambiais	Total	Total
10 maiores	29.714	23.890	53.604	47.966
50 seguintes maiores	34.365	49.420	83.785	88.364
100 seguintes maiores	23.005	39.201	62.206	69.632
Demais seguintes maiores	50.784	74.352	125.136	152.320
	<b>137.868</b>	<b>186.863</b>	<b>324.731</b>	<b>358.282</b>

13. Outras obrigações

a) Sociais e estatutárias

Com o advento da Carta Circular 3.935/2019, a contabilização da provisão do Juros sobre o capital próprio são mantidos em contas do Patrimônio Líquido até o efetivo ato societário deliberativo.

	2019	2018
Juros sobre capital próprio constituído, líquido de IRRF	-	1.353
(-) Aumento de Capital	-	(359)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>994</b>

b) Fiscais e previdenciárias

	2019	2018
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	5.043	98
Impostos e contribuições a recolher	-	2.072
<b>Total</b>	<b>5.043</b>	<b>2.170</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

## c) Diversas

	2019	2018
Provisão para pagamentos a efetuar	625	682
Provisão para demandas judiciais (i)	670	935
Convênios a Pagar - Meios de Pagamentos	89.580	60.654
Operações a Processar	23.160	18.750
Outras (ii)	1.914	2.843
	<u>118.681</u>	<u>87.864</u>
Curto prazo	118.011	86.929
Longo prazo	670	935

## (i) Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Instituição está exposta a certas contingências e certos riscos. A provisão para contingências é estabelecida por valores atualizados, para questões cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável. Em 30 de junho de 2019 e 2018, as contingências provisionadas estão relacionadas a processos cíveis e trabalhistas, e estão demonstrados a seguir:

Descrição	2019	2018
Processos trabalhistas	200	225
Processos cíveis	470	-
Fraude de Subscrição	425	612
Restrição de Crédito - Negativação	45	80
Revisão de Contrato	0	18
Total	<u>670</u>	<u>935</u>

Como consequência do andamento destes processos e para fazer face às prováveis perdas, a Instituição possui depósitos judiciais em Processos trabalhistas no montante de R\$ 200 (R\$ 225 em 2018).

A movimentação da provisão para demandas judiciais no balanço patrimonial e o seu correspondente efeito no resultado do exercício, pode ser assim demonstrada:

Descrição	2019	2018
Saldo inicial	526	664
(+/-) Provisões/Realizações	144	271
(=) Saldo final	<u>670</u>	<u>935</u>



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

**Perdas possíveis**

A Instituição possui ações de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais há provisão constituída, conforme composição a seguir:

Descrição	2019	2018
Processos trabalhistas	200	572
Processos cíveis	-	-
Total	200	572

**Outras perdas possíveis**

Adicionalmente, a Instituição possui processo administrativo fruto de auto de infração (decorrente de MPF-F 08.1.66.00-2009-00045-7) lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de formalizar crédito tributário relativo ao suposto não recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no último trimestre dos anos-base de 2005 e de 2006.

Os recursos interpostos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) foram providos para declarar a improcedência das autuações, cancelando-se integralmente os débitos tributários respectivos.

**(ii) Outras**

Substancialmente representado por valores a pagar à instituição Sorocred Meios de Pagamento Ltda, proveniente de repasse a lojistas.

**d) Obrigações por Transações Pagamento**

	2019	2018
Obrigações por Transações Pagamento - SPB	15.220	-
Total	15.220	-

**14. Patrimônio Líquido**

**a) Capital Social**

O capital social subscrito e totalmente integralizado em 30 de junho de 2019 é de R\$ 29.614 e está representado por 29.613.853 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

## b) Destinações

O estatuto social prevê que do lucro líquido apurado em cada balanço serão destinados:

- 5% para o fundo de reserva legal até atingir 20% do capital social;
- 25% para dividendos aos acionistas, por determinação dos seus acionistas.

## c) Juros sobre o capital próprio

Conforme a Carta Circular 3.935/2019, as provisões para Juros sobre capital próprio serão mantidas no patrimônio líquido até a constituição de ato societário que configure obrigação presente.

	2019	2018
Juros sobre capital próprio constituído	1.957	-
Juros sobre o capital próprio	(1.522)	-
(=) Saldo final	<u>435</u>	<u>-</u>

## 15. Receitas de prestação de serviços

	2019	2018
Tarifas de cadastro	6.804	4.168
Anuidade cartão de crédito	18.064	15.782
Tarifas de administração de afiliados	5.424	3.025
Tarifa limite extra	2.793	3.635
Comissão de venda de seguros	2.113	1.940
Tarifas de serv. bx online/pec mig ws	908	1.199
Comissão	2.902	1.783
Diversas	649	774
	<u>39.657</u>	<u>32.306</u>

## 16. Outras despesas administrativas

	2019	2018
Propaganda e publicidade	-	(18)
Comunicações	(2.588)	(4.066)
Manutenção e conservação de bens	(73)	(92)
Água, luz e energia	(24)	(96)
Aluguéis	(140)	(184)
Processamento de dados	(5.203)	(4.226)
Promoções e relações públicas	(98)	(133)
Seguros	(1)	(1)
Serviços de sistema financeiro	(3.037)	(1.766)
Serviços de terceiros	(19.208)	(24.868)
Serviços especializados	(2.030)	(2.342)
Transportes	(8)	(14)
Viagens e estadias	-	(189)
Descontos Concedidos	-	(2.355)
Depreciação e amortização	-	(85)
Outras provisões	(182)	(4.149)
Total	<u>(32.592)</u>	<u>(44.629)</u>

SOROCRED - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

17. Despesas tributárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
COFINS	(4.212)	(4.320)
PIS	(685)	(702)
Outros	-	(280)
Tributos Municipais	(6)	-
Tributos estaduais	(5)	-
Tributos federais e ISSQN	(2.337)	(1.600)
<b>Total</b>	<b><u>(7.245)</u></b>	<b><u>(6.902)</u></b>

18. Outras receitas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro em Oper. De Venda Ativos Financ.	-	5.994
Recuperação de Créd. Baixados prejuízo	-	14.246
Recuperação de encargos e despesas	1.511	934
Descontos de antecipação	3.901	1.709
Locação de bens imóveis	-	13
Reversão de provisões operacionais	-	10
Diversas	220	1.550
<b>Total</b>	<b><u>5.632</u></b>	<b><u>24.456</u></b>

19. Outras despesas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Desp.Obrig.Oper.Venda Ativo Financ.	-	(1.282)
Perdas contingenciais - trabalhistas/judiciais	(147)	(48)
Comissões a correspondentes	(8.282)	(6.534)
Perdas decorrentes de fraude	(1.625)	(1.044)
Prejuízos em op. De venda ou tranf.de ativos finan	-	(37.716)
Despesas Outras Provisões	(508)	(281)
Depreciação e Amortização	(89)	-
Descontos Concedidos	(2.789)	-
Viagens e estadias	(124)	-
Propaganda e publicidade	(18)	-
Diversas	(3.230)	(2.761)
<b>Total</b>	<b><u>(16.812)</u></b>	<b><u>(49.666)</u></b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do período, considerando as principais movimentações ocorridas pode ser assim demonstrada:

a) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL- Contribuição Social Sobre o Lucro.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado antes do IRPJ e da CSLL e Juros sobre Capital Próprio.	987	(462)
Participações de Empregados nos Resultados	(168)	(167)
( - ) Juros sobre o capital próprio	-	(1.591)
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro Ajustado.</b>	<b><u>819</u></b>	<b><u>(2.220)</u></b>
<b>Adições/(Exclusões) ao Lucro Líquido</b>		
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	11.962	2.038
Provisão para Contingências	144	271
Provisão para desvalorização de Bens	(11)	(430)
Outras Provisões Temporárias	-	-
Outras/Permanentes	(1.522)	
Outras despesas não dedutíveis	433	691
<b>Base de Cálculo do IRPJ e da CSLL antes Comp. Prejuízo</b>	<b><u>11.825</u></b>	<b><u>(2.570)</u></b>
Compensação de Prejuízo Fiscal ou Base Negativa	(3.548)	
<b>Base de Cálculo do IRPJ e da CSLL</b>	<b><u>8.277</u></b>	<b><u>(2.570)</u></b>
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas vigentes	(3.311)	(157)
Constituição/Reversão Crédito Tributário s/ Diferenças Temporárias	4.838	846
Realização e/ou Constituição Crédito Tributário sobre Prejuízo Fiscal	(1.419)	(47)
Realização de Cred. Tributário Períodos Anteriores	(2.486)	-
Outras	11	5
<b>Despesa/Receita do IRPJ e da CSLL do Exercício</b>	<b><u>(2.367)</u></b>	<b><u>(637)</u></b>

b) IRPJ e CSLL diferidos sobre Adições e Exclusões Temporárias e Prejuízo Fiscal

Os créditos Tributários e Obrigações Fiscais Diferidas, são oriundos de diferenças temporárias e prejuízo fiscal e constituídos conforme as regras estabelecidas na regulamentação vigente.

A Lei nº 13.169/15, elevou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido para 20% referente ao período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. Portanto, a partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota voltou a ser de 15%, assim como a constituição dos respectivos Créditos Tributários. Os saldos acumulados desses créditos decorrentes da CSLL, foram também corrigidos em 5%, incorrendo neste semestre na realização/diminuição dos créditos em R\$ 2.486.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

## c) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

Créditos Tributários	Saldo 30/06/2018	2019		30/06/2019
		Constituição	Realização	
Prov. de Perdas em Operações de Crédito	13.061	9.026	(8.273)	13.814
Provisões para Contingências	421	176	(329)	268
Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	8.241	3.594	(2.734)	9.101
Outras Adições Temporárias	240	19	(134)	125
<b>Total dos Créditos Tributários</b>	<b>21.963</b>	<b>12.815</b>	<b>(11.470)</b>	<b>23.308</b>

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos, conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados.

## d) Previsão de realização dos créditos tributários:

Prazo de Realização	Diferenças Temporárias		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total Crédito
2019	888	532	1.420
2020	1.776	1.066	2.842
2021	1.776	1.066	2.842
2022	1.776	1.066	2.842
2023	1.776	1.066	2.842
2024	888	532	1.420
<b>Total</b>	<b>8.880</b>	<b>5.328</b>	<b>14.208</b>

Prazo de Realização	Prejuízo Fiscal		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total Crédito
2019	568	340	908
2020	1.138	683	1.821
2021	1.138	683	1.821
2022	1.138	683	1.821
2023	1.138	683	1.821
2024	568	340	908
<b>Total</b>	<b>5.688</b>	<b>3.412</b>	<b>9.100</b>

	2019		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Créditos Tributários s/ Diferenças Temporárias e Prejuízo	4.662	18.646	23.308

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

O valor presente dos créditos tributários constituído em 30 de junho de 2019 é de R\$ 10.273 (R\$ 9.955 em 2018) para as diferenças temporárias, e de R\$ 6.581 (10.079 em 2018) para os prejuízos fiscais, os quais foram calculados com base na expectativa de realização descontada pela taxa média de captação da Instituição, projetada para os períodos correspondentes. As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem a consideração de premissas macroeconômicas, taxas de juros, estimativa de novas operações financeiras e de Cartões de Crédito, entre outras, e que podem variar em relação a dados e valores efetivos.

## 21. Partes relacionadas

A Administração da Instituição possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, no que se refere a prazos de vencimento e taxas de remuneração pactuadas, considerando a ausência de risco. Essas transações referem-se, principalmente, a prestação de serviços, conforme demonstrado a seguir:

### 21.1. Transações com partes relacionadas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Ativo circulante/ receitas</b>		
Sorocred Meios de Pagamentos a receber	5.422	88
Convênio a pagar - Sorocred Meios de Pagamentos (i)	112.740	60.654
Aceites cambiais	-	56
Depósitos a Prazo RDB	15.614	9.675
Receitas de Repasse. (ii)	5.424	-
Despesas S@net	(3.546)	(2.717)
Despesas Cejud/Scard	(4.716)	(7.892)
Despesas Alphamoney Promotora (iii)	(9.304)	(10.715)
Aluguel a Pagar Acionistas	(114)	(160)

- (i) Corresponde às transações de cartões de crédito de clientes a serem repassadas à Sorocred Meios de Pagamentos;  
(ii) Corresponde às taxas cobradas das operações de crédito e cartões;  
(iii) Corresponde aos serviços de promotoria, backoffice e formalização das operações de crédito e cartões.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

**21.2. Remuneração dos administradores**

Os administradores da Instituição são remunerados por meio de salários e registrados sob regime CLT, que estão apresentados na rubrica “Despesas de pessoal”, no resultado do período.

O salário atribuído no período ao pessoal-chave da Administração corresponde a R\$ 738 (R\$ 1.063 em 2018).

A Administração da Instituição não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a diretoria e administração.

**22. Gestão de risco**

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez a seguir definidos:

- **Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados;
- **Risco de mercado:** relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do País, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados;
- **Risco de liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Instituição em obter recursos para honrar seus compromissos.

As informações relativas à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), de que trata a Resolução CMN nº 3.490/2007, e à adequação do Patrimônio de Referência (PR), definido nos termos da Resolução CMN nº 3.444/2007, bem como os respectivos relatórios de riscos, encontram-se à disposição dos interessados em nosso sítio institucional [www.sorocred.com.br](http://www.sorocred.com.br), conforme disposições publicadas na Circular nº 3.477/2009 do BACEN.

O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações, quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem “hedge” de suas posições ativas e passivas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

A Administração da Instituição para o processo de Riscos são norteadas pela Política de Risco que é aprovada e revisada pelo Comitê de Diretoria. Essa política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução nº 4.557/17 e a Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012. A definição dos limites e da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade da Diretoria Executiva de Riscos e aprovadas na alçada do Comitê de Diretoria. A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas às áreas responsáveis pela gestão de liquidez as informações necessárias para tal.

Em 30 de junho de 2019 e 2018, a Instituição considerou como aceitável a exposição dos riscos e não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.

## 23. Outras informações

### 23.1. Índice de Riscos (Basileia) e Limites Operacionais

A Instituição encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido, requeridos pela Resolução nº 2.099/1994 do Banco Central do Brasil (BACEN), que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia II), cuja apuração do patrimônio líquido de referência e do patrimônio de referência exigido foi alterada pelas Resoluções nº 3.444/2007 e 3.490/2007 do Banco Central do Brasil (BACEN). Dentro deste contexto regulamentar em que a Instituição está inserida, deve-se manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos ponderados por fatores, que variam de 0% a 300%, e um índice mínimo de 8,0% de patrimônio, em relação aos ativos ponderados pelo risco. Este índice em 30 de junho de 2019 apresentou nível de 12,41% (11,00% em 2018).

	2019	2018
Patrimônio de Referência (a)	57.265	47.604
Patrimônio de Referência Nível I	57.265	47.604
RWAopad - Risco Operacional	7.005	5.487
RWAjur - Risco de Mercado	2.159	1.634
RWAcpad - Risco de Crédito	27.753	30.215
Patrimônio de Referência Exigido (b)	36.917	37.336
Margem (a-b)	20.348	10.268
Capital Total (c)	8,00%	8,625%
Ativo Ponderado pelo Risco (b/c)=(d)	461.463	432.881
Índice de Basileia (a/d)	12,41%	11,00%



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018  
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

**23.2. Outros serviços prestados pelos auditores independentes**

Informamos que a Empresa contratada para auditoria independente das demonstrações contábeis, a Grant Thornton Auditores Independentes não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

**23.3. Eventos subsequentes**

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 30 de junho de 2019.

\* \* \*